

Despesas do governo com juros chegam a R\$ 2,5 bi em julho

O aumento foi de 78% pago pela União, estados, municípios e estatais

por Ivanir José Bortot
de Brasília

As despesas com juros reais pagos pela União, estados, municípios e empresas estatais, em julho, atingiram R\$ 2,5 bilhões. Houve um aumento de 78,57%, quando comparado com o mesmo tipo de gasto de junho. "É o efeito da queda da inflação sobre o custo de financiamento da dívida pública", disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes.

O aumento das despesas com juros reais ocorreu devido à queda da inflação. Como o Banco Central tem limitações para reduzir os juros nominais, a diferença entre a inflação e as taxas de juro reais aumentou significativamente. A elevação dos juros reais, provocada pela redução da inflação de julho, atingiu em cheio as metas de controle das contas públicas para 1996.

O déficit operacional, onde são contabilizados os juros reais, subiu de R\$ 13,1 bilhões em junho para R\$ 15,7 bilhões em julho, o equivalente a 3,72% do Produto Interno Bruto (PIB). O déficit de janeiro a agosto de 1995 foi de 3,33% do PIB e terminou no ano com 4,99% do PIB.

O governo não conseguiu reduzir suas despesas de custeio e, com isso, o superávit primário ficou acumulado até julho em apenas R\$ 809 milhões, o que equivale a 0,19% do PIB.



Altamir Lopes

A diretora-adjunta para a área de finanças públicas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Teresa Ter-Minassian, alertou a equipe econômica, em visita ao Brasil em julho, de que era preciso garantir um elevado superávit primário, muito superior a 1% do PIB neste ano, para estancar o crescimento da dívida mobiliária e conseguir anular o impacto dos juros.

Isso não ocorreu uma vez que o custo real de rolagem da dívida mobiliária em julho acabou sendo de 0,68% e provocou um grande estrago nas contas públicas. O custo real dos juros sobre a dívida mobiliária federal em agosto, segundo documentos divulgados pelo Tesouro Nacional, foi de 1,67%.

O Banco Central reduziu a TBC de 1,88% em setembro para 1,82% em outubro. O benefício deverá vir, a

partir de outubro, com um alívio de seis pontos decimais no custo da dívida. Ocorre que a queda da inflação para zero em setembro transforma esta taxa TBC de 1,88% praticamente em juro real com impacto muito maior e direto sobre a dívida mobiliária, provocando efeitos indiretos nas demais dívidas bancárias dos estados, municípios e empresas estatais.

A autoridade monetária conseguiu, de fato, reduzir suas taxas de juro nominais de 4,25% em março de 1995 para 1,82% em outubro. O ganho com redução dos custos de juros acabou sendo anulado devido ao aumento da dívida mobiliária no mercado. Só que o saldo da dívida mobiliária federal saltou de R\$ 65 bilhões em março de 1995 para R\$ 162 bilhões em agosto.

O governo passou a pagar juros sobre uma dívida maior, que cresce com a capitalização do Banco do Brasil, a securitização da dívida agrícola e o reconhecimento dos créditos que os bancos têm contra o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

A falta de recursos fiscais do Tesouro Nacional para pagar esta conta dos juros vem ajudando a aumentar a dívida mobiliária. Em agosto cresceu mais R\$ 2,2 bilhões. Já tinha aumentado em R\$ 6,2 bilhões em julho, parte por juros e pela emissão dos títulos de capitalização do Banco do Brasil.

A dívida líquida do setor público,

BASE MONETÁRIA E COMPONENTES									
Média dos saldos nos dias úteis									
Período	Base monetária			Papel-moeda emitido			Reservas bancárias		
	R\$ milhões	Variação percentual		R\$ milhões	Variação percentual		R\$ milhões	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
1994 Jul	6.495	122,2	—	4.083	97,5	—	2.412	181,6	—
Ago	9.070	39,7	—	5.107	25,1	—	3.963	64,3	—
Set	11.233	23,8	—	5.939	16,3	—	5.294	33,6	—
Out	12.835	14,3	—	6.505	9,5	—	6.330	19,6	—
Nov	14.010	9,2	—	6.916	6,3	—	7.094	12,1	—
Dez	17.265	23,2	—	9.170	32,6	—	8.095	14,1	—
1995 Jan	16.863	-2,3	—	8.699	-5,1	—	8.165	0,9	—
Fev	15.801	-6,3	—	8.475	-2,6	—	7.326	-10,3	—
Mar	15.661	-0,9	—	8.096	-4,5	—	7.565	3,3	—
Abr	14.535	-7,2	—	8.076	-0,2	—	6.459	-14,6	—
Mai	14.433	-0,7	—	7.905	-2,1	—	6.528	1,1	—
Jun	14.666	1,6	—	8.447	6,9	—	6.220	-4,7	—
Jul	15.382	4,9	136,8	8.898	5,3	117,9	6.484	4,3	168,9
Ago	14.961	-2,6	65,2	8.997	1,1	76,2	5.984	-7,7	51,0
Set	15.019	0,3	33,7	9.419	4,7	58,6	5.601	-6,4	5,8
Out	16.262	8,3	26,7	9.704	3,0	49,2	6.557	17,1	3,6
Nov	16.743	3,0	19,5	10.147	4,6	46,7	6.596	0,6	-7,0
Dez	20.746	23,9	20,2	13.155	29,6	43,5	7.591	15,1	-6,2
1996 Jan	20.510	-1,1	21,6	12.234	-7,0	40,6	8.276	9,0	1,4
Fev	18.478	-9,9	16,9	11.810	-3,5	39,4	6.668	-19,4	-9,0
Mar	18.028	-2,4	15,1	11.436	-3,2	41,3	6.592	-1,1	-12,9
Abr	17.442	-3,2	20,0	11.476	0,4	42,1	5.966	-9,5	-7,6
Mai	17.605	0,9	22,0	11.594	1,0	46,7	6.011	0,8	-7,9
Jun	17.449	-0,9	19,0	12.088	4,3	43,1	5.361	-10,8	-13,8
Jul	17.699	1,4	15,1	12.418	2,7	39,6	5.281	-1,5	-18,6
Ago*	16.846	-4,8	12,5	12.617	1,6	40,2	4.229	-19,9	-29,3

* Dados preliminares. Programação monetária para o 3º trimestre de 1996: R\$ 16,6 bilhões – R\$ 19,5 bilhões.

Fonte: Banco Central

onde é feita uma contabilidade sobre todas as receitas e despesas, cresceu de R\$ 243,6 bilhões (34,3% do PIB) em junho para R\$ 249,1 bilhões (34,7% do PIB) em julho. A maior parte do déficit operacional vem ocorrendo nas contas dos estados e municípios. As operações de empréstimos feitas junto à Caixa Econômica Federal para programas de demissão voluntária de pessoal, gastos correntes, ou mesmo venda de empresas estatais vêm sendo contabilizadas como despesas financeiras.

O déficit operacional destas unidades federativas atingiu a R\$ 9,263

bilhões em julho de 96, contra R\$ 8,5 bilhões em igual período do ano passado. As despesas com juros sobre a dívida mobiliária foi de R\$ 3,4 bilhões no período. O desembolso com juros da dívida bancária foi de R\$ 1,046 bilhão.

O governo central - Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social - acumulou nos seis primeiros meses do ano R\$ 5,2 bilhões de déficit operacional, onde o desembolso com juros da dívida mobiliária foi de R\$ 10,7 bilhões.

A União tem algumas receitas de juros como créditos concedidos aos

bancos e financiamentos aos estados. O déficit de julho é o maior acumulado até setembro de 1995 e nos anos inteiros anteriores de acordo com estatísticas do BC.

Mesmo as contas das empresas estatais federais e estaduais, onde se esperava uma melhora, houve desempenho negativo. O comportamento dos gastos com juros foi elevado. O déficit operacional das estatais atingiu a R\$ 1,25 bilhão. Só com o pagamento de juros reais sobre a dívida bancária as estatais perderam R\$ 1,046 bilhão, excluídas as despesas com encargos da dívida externa. ■